

As relações público-privado na educação em tempos de pandemia do COVID-19: Um olhar freiriano

Public-private relations in education in times of the COVID-19 pandemic: A Freirian look

Relaciones público-privadas em la educación em tiempos de la pandemia del COVID-19: Una mirada freiriana

Bruna Kin Slodkowski¹
Taila Poliana Becker²
Patricia Alejandra Behar³

Resumo

O neoliberalismo se constitui como uma ideologia caracterizada por um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que visam estimular o desenvolvimento econômico, sobretudo, sem a intervenção do Estado. No âmbito educacional, esse processo ocorre de modo sutil no qual a escola é compreendida na lógica de mercado. Além disso, a partir de 2019 o cenário mundial foi demarcado pela pandemia do coronavírus (COVID-19) que impactou as esferas econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, a educação. Assim, este artigo tem como objetivo identificar e analisar a influência da relação público-privado no contexto educacional pandêmico a partir do viés teórico subsidiado em Paulo Freire. Desse modo, é utilizada como metodologia a pesquisa de revisão sistemática da literatura. Foram analisados 79 artigos sobre a temática sendo que somente 3 passaram pelos critérios de qualidade. Portanto, como resultados foi possível observar que em ambos artigos estava presente as relações público-privadas na educação brasileira balizadas nas desigualdades sociais e mercantilização da educação que se intensificaram com o período pandêmico haja visto que já existiam e estavam à serviço das agendas empresariais.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; COVID-19; Paulo Freire.

Abstract

Neoliberalism is constituted as an ideology characterized by a set of capitalist political and economic ideas that aim to stimulate economic development, above all, without State intervention. In the educational field, this process occurs in a subtle way in which the school is understood in the logic of the market. In addition, from 2019 onwards, the world scenario was marked by the coronavirus (COVID-19) pandemic, which impacted the economic, social, political spheres and, above all, education. Thus, this article aims to identify and analyze the influence of the public-private relationship in the pandemic educational context from the

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: brunakinnuted@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9028-366X>

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: aila.poli.becker@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8701-8673>

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: pbehar@terra.com.br
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6939-5678>

theoretical bias supported by Paulo Freire. Thus, a systematic literature review research is used as a methodology. A total of 79 articles on the subject were analyzed, of which only 3 passed the quality criteria. Therefore, as a result, it was possible to observe that in both articles, public-private relations in Brazilian education were present, based on social inequalities and the commodification of education that intensified with the pandemic period, since they already existed and were at the service of business agendas.

Keywords: Education; Neoliberalism; COVID-19; Paulo Freire.

Resumen

El neoliberalismo se constituye como una ideología caracterizada por un conjunto de ideas políticas y económicas capitalistas que apuntan a estimular el desarrollo económico, sobre todo, sin la intervención del Estado. En el campo educativo, este proceso se da de manera sutil en la que la escuela se entiende en la lógica del mercado. Además, a partir de 2019, el escenario mundial estuvo marcado por la pandemia del coronavirus (COVID-19), que impactó en los ámbitos económico, social, político y, sobre todo, educativo. Así, este artículo tiene como objetivo identificar y analizar la influencia de la relación público-privada en el contexto educativo de la pandemia a partir del sesgo teórico sustentado por Paulo Freire. Así, se utiliza como metodología una investigación de revisión sistemática de la literatura. Se analizaron un total de 79 artículos sobre el tema, de los cuales solo 3 pasaron los criterios de calidad. Por lo tanto, como resultado, fue posible observar que en ambos artículos, las relaciones público-privadas en la educación brasileña estaban presentes, basadas en las desigualdades sociales y la mercantilización de la educación que se intensificó con el período de la pandemia, una vez que ya existían y estaban en el servicio de agendas comerciales.

Palabras clave–Educación; Neoliberalismo; COVID-19; Paulo Freire.

Introdução

O cenário mundial foi demarcado pela pandemia do coronavírus (COVID-19) que impactou as esferas econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, a educação. Assim, a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda potencialmente grave de elevada transmissibilidade e distribuição global. Ela teve sua disseminação a partir do final do ano de 2019 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, s.d). O controle da pandemia ocorreu por meio da adoção de muitas ações que podem minimizar a propagação do vírus. Dentre elas, o distanciamento social, que se tornou um elemento primordial nesse contexto, pois para que a contaminação pudesse ser desacelerada foi necessário que as relações sociais presenciais fossem diminuídas (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

No contexto educacional, o distanciamento social foi realizado no Brasil através de aulas remotas no qual o estudante permaneceu em sua residência e necessitou de tecnologias

digitais, internet e programas específicos para ter acesso ao ensino, tal formato foi orientado pelo CNE/CP N°: 5/2020. Essas orientações do CNE trataram a respeito da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Segundo, Undime (2022), após a chegada das vacinas, conseqüentemente, houve uma diminuição de casos de COVID-19, logo o Ministério da Educação (MEC) foi a favor do retorno gradual das aulas presenciais. Nesse viés, no início do ano de 2022, as aulas já estavam ocorrendo de modo presencial nas escolas (UNDIME, 2022). No dia 10 de maio de 2023, a OMS declarou que a COVID-19 não é mais uma emergência de Saúde pública de importância internacional, ou seja, ainda vivemos em uma situação pandêmica, porém não há um número exacerbado de mortes (PINHEIRO, 2023).

Dessa forma, é possível observar que esse cenário se constituiu como uma oportunidade para a mercantilização da educação por meio do amplo acesso de empresas da iniciativa privada aos fazeres da educação pública. Em vista disso, a pauta deste artigo se debruça sobre o neoliberalismo que visa estimular o desenvolvimento econômico, sobretudo, sem a intervenção do Estado. Além disso, esse processo ocorre de modo sutil no qual a escola é compreendida na lógica de mercado e se encontram imbricadas relações público-privadas muito fortemente. O objetivo da pesquisa é identificar e analisar a influência da relação público-privado no contexto educacional pandêmico a partir do viés teórico subsidiado em Paulo Freire.

Desse modo, é utilizada como metodologia a pesquisa de revisão sistemática da literatura com base em Sampaio e Mancini (2007). Portanto, foram analisados 79 artigos sobre a temática sendo que somente 3 passaram pelos critérios de qualidade. Com o intuito de discutir sobre as temáticas e apresentar os resultados, o artigo está organizado em 6 seções. Na primeira, realizou-se uma introdução ao tema do artigo. Na segunda, são apresentadas algumas relações público-privadas no âmbito educacional. Já na terceira, é discutido o contexto educacional no tempo presente, isto é, pandêmico traçando algumas implicações e possíveis reinvenções. Na quarta seção é exposta a metodologia do estudo e, em seguida, a análise dos dados e resultados na qual são estabelecidas as relações teóricas com Paulo Freire. Por fim, na última seção são apresentadas as considerações finais.

Relação público-privado no contexto da educação em tempos de pandemia

As parcerias público-privadas (PPP) conforme a Lei 11.079/2004, são um contrato administrativo de concessão, nas modalidades patrocinada ou administrativa. Em vista disso, a modalidade administrativa caracteriza-se pelo pagamento ao setor privado, isto é, prestador do serviço, sendo advindos exclusivamente dos cofres públicos. Ao passo que, a patrocinada, o pagamento ocorre de modo diferente, sendo que uma parte do pagamento é originária dos recursos do governo, e a outra parcela vem do bolso dos cidadãos que utilizam este serviço. Por outro lado, as privatizações ocorrem quando um bem público se torna privado (NEGAMINE, 2017).

Nesse sentido, as correlações de forças entre público-privado implicam diretamente na consolidação da gestão democrática principalmente no que tange a educação, visto que, o “[...] Estado não é entendido como abstração; é constituído por sujeitos individuais e coletivos em um processo histórico de correlações de forças” (PERONI, 2012, p. 20). Para tanto, a Peroni (2012) ressalta que existe um duplo movimento nas relações que redefinem o papel do Estado, são elas: 1º) há uma modificação da propriedade, isto é, o Estatal passa para o público não estatal e no 2º) a propriedade continua estatal, porém atuando com a lógica de mercado sendo que é elencado como contexto atual a inserção da lógica privada nas escolas públicas.

Além disso, ocorrem processos anteriores a estes que também redefinem o papel do Estado sendo chamado de crise estrutural do capital, na qual, são apresentadas estratégias capitalistas a fim de superar a “crise”, são elas: o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e por último a Terceira Via. Neste estudo, o foco será no neoliberalismo no cenário pandêmico do país. Percebe-se que nesse processo de mudanças no papel do Estado ocorre uma reorganização dos processos educacionais na lógica de mercado, ou seja, ele está intimamente vinculado a uma visão neoliberal que visa apenas o resultado, que se importa apenas com o produto; que quer um Estado mínimo para as políticas sociais; e que está associado a uma visão de gestão gerencial que, por sua vez, atinge diretamente a educação pública (PERONI, 2012). Puello-Socarrás (2008) trata do conceito de novo neoliberalismo, proveniente da radicalização neoliberal a partir da crise de 2008 que, o fortaleceu operando no agravamento. Desse modo, Peroni e Lima (2020) salientam que esta nova argumentação está pautada no reforço do poder do capital através da retirada de direitos sociais sob o pretexto que a economia está em crise. Logo, as “[...] conquistas democráticas são perdidas em um processo de naturalização sem precedentes na história” (PERONI; LIMA, 2020, p.2).

Em relação às políticas educacionais atuais percebe-se que o contexto apresentado por Peroni (2012) é muito atual, ainda hoje, e abrange consequências para a educação pública, já que há um repasse das demandas que seria a função do Estado para a escola e a sociedade, mas, que por sua vez, não possuem recursos para concretizar essas ações, e então, neste momento ocorrem parcerias com o setor privado, ou até mesmo a total privatização deste serviço estando imbricada visões de “eficiência” e “qualidade” numa lógica neoliberal. Assim, a educação pública no contexto da pandemia está sendo atravessada diretamente pela mercantilização expressa nas empresas privadas dispendo de softwares e plataformas virtuais à serviço de um discurso inclusivo, “salvador” da “crise” e pautado com interesses neoliberais configuram-se de um modo moderno como objetivação do trabalho docente.

Partindo do pressuposto que “[...] a política educacional é parte da materialização do Estado” ele tem papel fundamental na democratização das oportunidades, bem como na garantia do acesso, da permanência e no ensino com qualidade para todos (PERONI, 2012, p. 20). É possível observar um empenho docente para atender as demandas dos estudantes da classe trabalhadora em tempos de pandemia. Então, pode ser associado diretamente com o conceito de objetificação do trabalho, visto que, um dos discursos mais presentes é de *que o professor em contexto remoto não trabalha*. Pelo contrário, se observa exaustão mental, maximização do empreendimento de tempo para aprendizado em lidar com essas novas tecnologias, criação de estratégias de ensino e adaptação de planejamento para o contexto virtual, jornada dupla para professoras com fortes questões de gênero imbricadas, em síntese, da corrida frenética atrás de suprir demandas de maneira solitária por parte do docente, visto que faltam políticas educacionais e amparo para os atores educacionais.

Por outro lado, esse fenômeno neoliberal na educação brasileira reforça a desigualdade social à medida que a classe trabalhadora durante a pandemia seguiu majoritariamente suas atividades presenciais laborais, sendo que houveram poucas iniciativas do Estado para que estes pudessem manter a subsistência de suas famílias. Consequentemente, o alto índice de desemprego no país e uma série de exclusões de acesso e permanência de estudantes pertencentes a esta classe também se configura como forças de pressão sobre a classe trabalhadora empurrando-a para os fatalismos disseminados pelos veículos midiáticos (FREIRE, 2002). Estes artifícios são utilizados, pois, de acordo com Freire (2002, p. 137), para manter a dominação sobre os oprimidos, visto que os opressores utilizam de vários instrumentos, entre eles a mitificação da realidade, tornando os oprimidos ainda mais

vulneráveis aos discursos e práticas neoliberais a eles imprimidas.

No entanto, é notório que a privatização de recursos educacionais públicos já vinha ocorrendo, como é o caso da PEC 55. Ela tem como pressuposto uma privatização que pode estar vinculado à transferência de recurso público para o setor privado, pois parte da concepção de que o privado é “eficiente” e também é a *solução* para a *crise*. Portanto, a PEC 55 - que estabelece um teto para os gastos públicos- irá inviabilizar as Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024 que possuem estratégias bem interessantes visando a melhoria da qualidade da educação pública no âmbito do financiamento como no caso do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi).

Nesse aspecto, o Estado possui papel de garantia da equalização de oportunidades visando a escola como espaço de socialização, portanto, sendo fundamental a democratização do acesso bem como a garantia da permanência com ensino de qualidade. Para tanto, Oliveira e Araújo (2005, p. 17) refletem sobre a materialização do direito à educação afirmando que o mesmo “[...] tenha como pressuposto um ensino básico de qualidade para todos e que não (re)produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social”. Oliveira e Araújo (2005) demonstram que há uma tensão entre qualidade e quantidade e que muitas vezes são utilizados como sinônimos. A quantidade refere-se à oferta, ou seja, o acesso, porém ela isolada não garante o padrão de qualidade, por isso,

a participação está entrelaçada em todos esses conceitos, porém fico pensando para um aluno que participou de uma escola com gestão democrática, que vivenciou este processo de construção coletiva acredito que sua integração na sociedade se dará de modo mais consciente, participativo (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 17).

Assim, Peroni e Lima (2020, p. 17) ressaltam a importância da educação para a construção de uma sociedade democrática, na qual “[...] precisamos avançar na construção da educação pública, combatendo a privatização da educação, tanto em sua proposta de mercado quanto neoconservadora”. Contudo, no panorama brasileiro quais são as chaves de leitura de Freire sobre como a educação pode ser um caminho de libertação para a classe trabalhadora em tempos de pandemia? Na seção a seguir serão apresentadas algumas discussões possíveis que abrangem esta questão focando no contexto da educação em relação à pandemia do COVID-19 evidenciando algumas implicações e mudanças atuais.

Educação em tempos de pandemia: implicações e (re)invenção

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.7, n.1, e-648, 2023.

Inicialmente, cabe destacar que a Educação a Distância (EaD) se diferencia do Ensino Remoto Emergencial (ERE), principalmente, em seus planejamentos e contextos de oferta. Enquanto a EaD possui estrutura prévia, modelos de operação e equipes capacitadas para exercer os diversos papéis exigidos para sua concretização, o ERE ocorre de maneira temporária e utilizando-se dos recursos e viabilidades disponíveis em cada região, escola, nível educacional e curso.

Dessa forma, o fenômeno de mercantilização da educação surge com clareza nesse contexto pandêmico pautado no ERE. De acordo com as visões de Freire (1979), a educação pode vir a ser um processo emancipatório e libertador dos sujeitos. Para Freire (1979) a educação leva o sujeito à reflexão sobre sua situacionalidade para que possa ser consciente e intervir na sua realidade. Para isso, a educação estabelece uma relação dialética com o contexto social na qual o sujeito se relaciona- e não de modo acomodado- para que se (re)crie e decida. Esse processo de atitude crítica frente a uma época histórica oportuniza que o sujeito seja ator para construir uma passagem de época histórica pautando novos valores, comportamentos e atitudes emergentes. Nesse viés, a educação liberta pela conscientização a partir do desenvolvimento da tomada de consciência que objetiva chegar à vocação ontológica do homem que é ser sujeito.

Cabe destacar algumas das características marcantes das transformações do capitalismo a partir de 1980 segundo com Laval (2019) foram: a globalização do comércio, financeirização das economias, desobrigação do estado, a privatização das empresas públicas e transformação dos serviços públicos em quase empresas, ampliação dos processos de mercadorização ao lazer e à cultura, a mobilização geral dos assalariados numa “guerra econômica” generalizada, a contestação das proteções dos assalariados e a disciplinarização por medo do desemprego. Na esteira das transformações, a escola não pode ficar alheia a estes fortes movimentos na direção de uma competitividade feroz e diante de um enfraquecimento planejado de tudo o que contrapõe o poder do capital: a cultura, o lazer, isto é, a liberdade de homens e mulheres em relação a sua humanização.

Na obra *Pedagogia do oprimido* de Freire (1991), fica evidente que a mesma luta pela recuperação da humanização, esta que é a vocação dos homens, pela libertação e afirma que esta educação não pode ser criada por opressores justamente porque é um processo de desumanização, um Ser Menos já que a libertação provém da práxis pela busca do

(re)conhecimento de lutar por ela. Assim, esta pedagogia é um instrumento para descobrir os “hospedeiros” de opressores⁴, pois podem ser oprimidos por si mesmo ou serem oprimidos por outro. No primeiro caso, o fenômeno da aderência ocorre quando o oprimido busca o seu lado opressor ao invés de lutar contra ele. Isso surge em meio ao medo da liberdade que no caso dos oprimidos é o medo de assumi-la e já do opressor é o medo de perder a “liberdade” de oprimir. Assim, o oprimido introjeta essa sombra do opressor, pois teme a liberdade tendo em vista que surge um vazio e não consegue preencher com a autonomia. O Oprimido pode ter atração pelo seu opressor, como pode ter um processo de autodesvalia, isto é, se sentir inferior por interiorizar a visão do patrão, como pode ter uma dependência emocional. Para superar esta situação opressora é necessário reconhecimento crítico para uma ação transformadora e atuante sobre a busca do Ser Mais.

Diante disso, o movimento de conquista que é constituído pelos capitalistas dentro da educação é vestido de um discurso de produtividade. Observa-se, também que com o descontrole da pandemia no Brasil, a educação pública pode enfrentar cenários catastróficos de redução de repasses e investimentos, Alves *et al.* (2020, p.7) projetaram 3 cenários de receitas públicas para educação, sendo que:

No primeiro cenário, verifica-se redução das receitas vinculadas à educação da ordem de 7%, ou seja, uma perda de R\$ 16,6 bilhões, sendo R\$ 10,3 bilhões entre as redes estaduais e R\$ 6,3 bilhões entre as redes municipais. A receita por aluno cairia para R\$ 458,00 por mês. O segundo cenário resultou em decréscimo de 14% na RLI, perda de R\$ 33,5 bilhões nos orçamentos da educação e queda de receita-aluno mês para R\$ 423,00. Por fim, no cenário mais pessimista, haveria uma queda na RLI de 21,1%, o que impactaria negativamente os recursos para educação em R\$ 50,4 bilhões, resultando numa receita-aluno mês de apenas R\$ 388,00.

E, conseqüentemente, uma redução dos gastos públicos com a educação pública no país representa ainda mais o agravamento das desigualdades já existentes. De acordo com a pesquisa da CETIC (2021), as desigualdades regionais e socioeconômicas também se reproduzem no ambiente on-line no qual há uma menor proporção de uso da Internet em áreas rurais, indivíduos com menor renda e escolaridade, bem como entre os mais velhos (CETIC, 2021).

⁴A opressão só existe quando se constitui em um ato proibitivo do SER MAIS dos homens. E somente os oprimidos libertando-se é que podem libertar os opressores o que requer o reconhecimento da sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais evidenciando o caráter pedagógico da revolução como sendo a conscientização do oprimido.

Ademais, programas voltados para a administração eficaz, a redução da cultura compartilhada pela escola aos saberes indispensáveis pelo mercado de trabalho são apontados por Santos (2020) tais como competitividade, inteligência emocional, solução de problemas, flexibilidade, adaptabilidade, agilidade, dedicação para novos aprendizados e para lidar com o mundo digital, criatividade, iniciativa, espírito empreendedor e, não menos importante a promoção de uma lógica de competição entre as famílias por um bem escasso, a educação de boa qualidade, que passa a ser vista como possível apenas na rede privada (LAVAL, 2019).

Ainda assim, diante deste sítio da educação, é possível perceber que a vocação ontológica do homem é a humanização, ou seja, de ser sujeito, mas um sujeito situado e temporalizado que é um ser concreto e está no e com o mundo. Nesse sentido, é um ser inacabado, pois está no movimento de busca, isto é a vocação do Ser Mais que procura uma humanização crescente (FREIRE, 1979). Assim, esse processo gera inúmeros movimentos de resistência, humanização e lutas permeadas pelo que Freire caracteriza como *justa raiva*⁵.

Portanto, algumas possíveis chaves de leituras encontradas para reflexão acerca da educação como caminho para libertação da classe trabalhadora no período atual são: Emancipação e Vocação Ontológica do Ser Mais de Freire bem como as proposições educativas do autor. A partir do aporte teórico utilizado, pode-se inferir que algumas implicações são expressas no uso das tecnologias digitais no âmbito do ERE. Assim, o uso dessas tecnologias digitais na educação não é o problema em si, mas sim as parcerias público-privadas, mercantilização, solucionismo e a lógica de mercado delineadas neste período como únicas possibilidades de resolução de uma “crise”. Ressalta-se que esta pauta não é inédita, já que ela vem ocorrendo dentro um processo histórico demarcado pela desigualdade social e neoliberalismo que se vive na sociedade capitalista. Em relação às possíveis (re)invenções para a educação em tempos pandêmicos destacam-se o fortalecimento da educação popular, dos movimentos sociais e a descolonização da educação. Nessa perspectiva, Saito e Acri (2021) apontam que durante a pandemia houve uma reconfiguração tanto do tempo quanto do espaço da aula e isso demarcou novos contornos às atividades referentes ao ensinar e

⁵Ao denunciar a trágica condição de milhares de brasileiros, irmãos nossos, que vivem do lixo, reduzidos a uma rotina diária de disputar algo com animais, nos lixões das periferias de cidades, para matar a própria fome, Freire revela toda sua indignação – a justa raiva – que devemos ter como seres éticos, em jamais aceitar tais realidades históricas como algo dado, que é “natural” e não poderia ser diferente. “É triste, mas, que fazer? A realidade é mesmo esta. A realidade, porém, não é inexoravelmente esta. Está sendo esta como poderia ser outra e é para que seja outra que precisamos, os progressistas, lutar” (FREIRE, 1997, p. 83).

aprender.

A seguir é exposta a metodologia utilizada na pesquisa.

Método

O presente estudo pretende identificar e analisar a influência do neoliberalismo expresso especificamente na relação público-privado no contexto educacional pandêmico a partir do viés teórico subsidiado em Paulo Freire. Para responder este objetivo, utilizou-se a metodologia de revisão sistemática da literatura (RSL). De acordo com Sampaio e Mancini (2007) são indicadas três etapas. A primeira se refere à definição do objetivo da revisão; a segunda é caracterizada por identificar a literatura e a última abrange a seleção dos estudos passíveis de serem incluídos ilustrados na Figura 1.

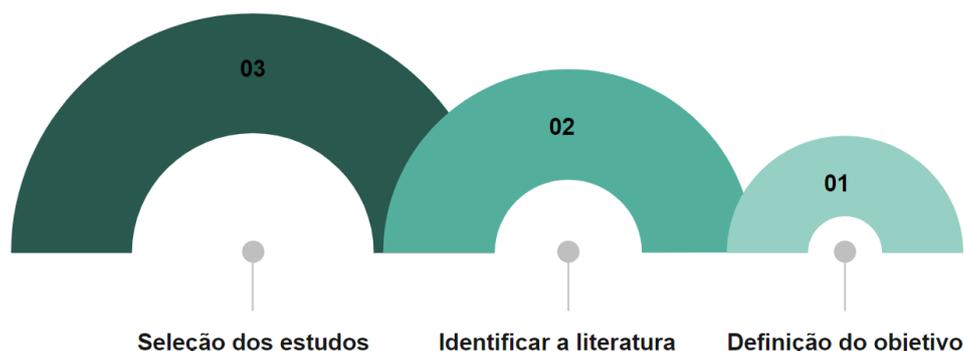


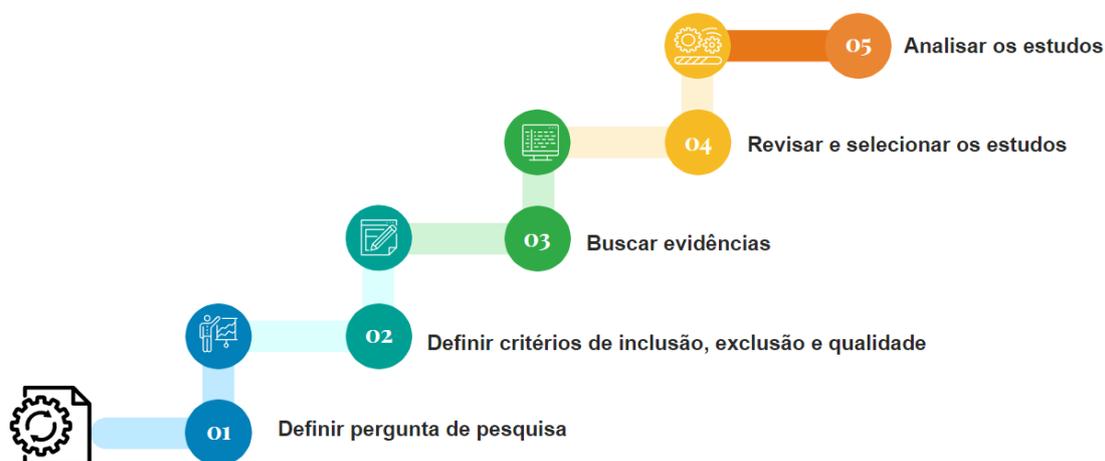
Figura 1. Etapas da revisão sistemática da literatura

Fonte: as autoras (2021) adaptado de Sampaio e Mancini (2007).

Desse modo, os bancos de dados selecionados foram dois. O *Google Acadêmico* e *Scopus*. Assim, as buscas na língua portuguesa foram realizadas considerando as palavras-chaves "educação" AND "público-privado" AND "neoliberalismo" AND "pandemia" AND "covid -19" no *Google Acadêmico* estando presentes no título, resumo ou palavras-chaves. Já as palavras chaves em inglês foram (KEY (pandemic) AND TITLE-ABS-KEY (neoliberalism) AND TITLE-ABS-KEY (education) AND TITLE-ABS-KEY (covid-19)) no *Scopus*. Nesse sentido, os passos seguidos para este estudo foram cinco indicados por Sampaio e Mancini (2007) descritos na Figura 2.

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.7, n.1, e-648, 2023.

Figura 2. Passos da revisão sistemática da literatura



Fonte: as autoras (2021) adaptado de Sampaio e Mancini (2007).

Os quadros 1, 2 e 3 ilustram respectivamente as questões de pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão.

Quadro 1. Questões de pesquisa

Número de identificação	Questão de pesquisa
Q1	É possível encontrar, com base nos estudos acadêmicos já publicados, parcerias público-privadas na educação no período de pandemia de COVID-19?
Q2	Quais são os mecanismos utilizados em parcerias público-privadas para o avanço das políticas neoliberais na educação durante a pandemia de COVID-19?

Fonte: as autoras (2021).

Quadro 2. Critérios de Inclusão

CI1	Período de tempo entre 2019 a 2021
CI2	Idioma Português e Inglês
CI3	Artigos completos
CI4	Artigos com acesso gratuito
CI5	Aborda a temática principal do estudo

Fonte: as autoras (2021)

Quadro 3. Critérios de Exclusão

CE1	Anteriores a 2019
CE2	Artigos duplicados
CE3	Revisões sistemáticas da literatura
CE4	Artigos em anais de eventos
CE5	Não aborda a temática principal do estudo

Fonte: as autoras (2021).

Na revisão das publicações, foram selecionadas apenas pesquisas que apresentavam a temática da relação entre público e privado no contexto escolar em tempos de pandemia do COVID-19. Nessa perspectiva, foram definidos os seguintes critérios de qualidade para análise prévia das publicações, exposto no Quadro 4.

Quadro 4. Critérios de Qualidade

CQ1	Aderência ao foco da pesquisa
CQ2	Clareza e qualidade da escrita do artigo
CQ3	Presença dos termos de busca no resumo do trabalho selecionado

Fonte: as autoras (2021)

Após a seleção, foi realizada a análise em profundidade dos artigos selecionados a fim de correlacionar os estudos com as questões norteadoras. Além disso, para sumarização dos dados coletados as publicações foram numeradas. Por fim, para análise dos dados, foram consideradas as questões de pesquisa já apresentadas. Na seção seguinte é apresentada a análise e discussão dos trabalhos selecionados na revisão sistemática.

Resultados

Nesta seção serão apresentados os resultados e análises da revisão sistemática da literatura. Foram selecionados 79 artigos, sendo 76 do *Google* acadêmico e 3 do *Scopus*. Assim, 33 artigos passaram pelos critérios de inclusão e exclusão. Portanto, para responder às questões de pesquisa, realizou-se a leitura dos resumos dos artigos selecionados. Após a aplicação dos critérios de qualidade, 3 estudos foram selecionados e se encontram descritos no Quadro 5.

Quadro 5. Artigos selecionados

Código	Resumo	Referência
A1	A pesquisa investiga acordos entre instituições públicas de ensino e empresas acerca da utilização de diversos tipos de aplicativos educacionais. Público-alvo é a educação básica. O objetivo é discutir a adoção de tecnologias educacionais de empresas cujo modelo de negócios é pautado pela coleta e tratamento de dados dos usuários, particularmente durante a pandemia da Covid-19 no Brasil.	CRUZ, L. R. & VENTURINI, J. R. Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia da Covid-19. <i>Revista Brasileira de Informática na Educação - RBIE</i> , vol.28, p. 1061-1085, 2020.
A2	O estudo realiza um panorama a respeito da desigualdade no contexto educacional brasileiro durante a pandemia do COVID-19. O público-alvo foram jovens secundaristas com enfoque no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os três objetivos são: 1) Reflexão e leitura crítica; 2) Pensar a importância de ações e práticas efetivas; 3) Mostrar a relevância de uma educação de qualidade em oposição ao pensamento político conservador em voga no Brasil.	GONÇALVES, Aline Bueno. Desigualdade na prática: materialismo nas escolas em tempos de pandemia. <i>Pacha. Revista de Estudos Contemporâneos do Sul Global</i> . n° 1. vol 2, pp 85-96, 2020.
A3	O artigo aborda a análise do posicionamento de professores da área de Ciências Naturais em relação a afirmações relativas ao ensino remoto na conjuntura atual de pandemia. O público-alvo foram 103 professores de ciências naturais das redes particulares ou públicas de São Paulo que atuam com ensino fundamental e médio. O objetivo é analisar o posicionamento de professores/as da área de Ciências da Educação Básica perante afirmações relativas ao ensino remoto no contexto da pandemia do COVID-19.	FILHO, Flávio Henrique Chaves; SUN, Hinan Tsai; SILVA, Elaine Cristina Santos da; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. DISCURSO SEDUTOR SOBRE O ENSINO REMOTO E PROFESSORES E PROFESSORAS DE CIÊNCIAS NATURAIS: ADESÃO OU RESISTÊNCIA? <i>Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador</i> , v. 12, n. 3, p. 503-522, dez. 2020.

Fonte: as autoras (2021).

Na extração dos dados foram analisadas as duas questões: Q1) É possível encontrar, com base nos estudos acadêmicos já publicados, parcerias público-privadas na educação no período de pandemia do Covid-19; Q2) Quais são os mecanismos utilizados em parcerias público-privadas para o avanço das políticas neoliberais na educação durante a pandemia do Covid-19?

Em relação à pergunta 1 o A1, apresenta que sim. A pesquisa ilustra que no período

pandêmico as instituições públicas de ensino e empresas realizaram acordos acerca da utilização de diversos tipos de aplicativos digitais educacionais demandadas pelo ensino remoto emergencial e período de distanciamento social, tais como ferramentas de *webconferência*, ambientes virtuais de aprendizagem, e-mails, jogos digitais entre outros.

Os mecanismos apontados por Cruz e Venturini (2020) foram a mercantilização da educação e o capitalismo de vigilância, reflexos de desinvestimentos na educação pública. Quanto aos possíveis impactos os autores (2020) elucidam a falta de segurança sobre o uso de dados dos atores escolares, coleta massiva de metadados sobre desempenho dos estudantes que podem criar diagnósticos sobre seus comportamentos, educação pública na perspectiva de vigilantismo que propicia um ranqueamento, segregação social que aumentam as desigualdades sociais. Em relação à segregação social, Freire (1983) reforça que para que seja viável uma educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica-se a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também implica a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. Em síntese os autores (2020), concluem que essa mercantilização da educação cria um capitalismo de vigilância que faz parte de um projeto de ampliação do envolvimento de empresas privadas e de diminuição do investimento público no setor. Essa mercantilização é proveniente do "solucionismo" conceito de Morozov (2020) na qual as tecnologias digitais são apresentadas como soluções para problemas políticos acompanhando as políticas neoliberais que restringem o investimento público ao passo que trazem alternativas inovadoras e seguras.

Na primeira pergunta, observa-se que no A2 não especifica. Entretanto, pode-se inferir por meio da leitura e análise do estudo que o desnível educacional expressa a continuidade de um ensino pautado e dividido entre técnico para classe trabalhadora e intelectual para dominante. Dessa forma, pode-se inferir que os mecanismos utilizados são o desnível educacional e uma série de implicações. Em relação ao desnível educacional, Gonçalves (2020) afirma que está expresso na dificuldade de jovens provenientes de escolas públicas ingressarem em universidades públicas. Especificamente na relação educação e desigualdade a autora (2020), aponta o neoliberalismo explícito nas polaridades de classes sociais. A educação burguesa voltada ao intelecto e educação técnica e manual voltada a classe trabalhadora. Ademais, é possível relacionar que este cenário não é novo e ocorre desde a Revolução Industrial e Marx já evidenciava que esta divisão é prejudicial, pois, é justamente

essa não intelectualização que mantém a base do sistema de exploração capitalista.

Outro aspecto apontado é sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como uma competição, visto que a classe dominante sempre estará em vantagem. E com a pandemia essa situação se acentua, tendo em vista que os maiores índices de letalidade se encontram na classe trabalhadora por três motivos apontados pela autora (2020). O primeiro são os empregos informais que não propiciam o trabalho remoto⁶. Outro aspecto, o saneamento básico no qual uma grande parcela não tem acesso à água potável o que inviabiliza a higienização necessária nesse cenário. Por fim, a Educação a distância (EaD), sendo que há falta de internet e várias situações elencadas pela autora como fome, alunos trabalhadores, dificuldades de aprendizagem, doenças na família, pessoas com deficiência e falta de ferramentas que incluam. Portanto, Gonçalves (2020, p. 93) conclui que “[...] a pandemia potencializa a desigualdade em todos os sentidos”.

Assim, em A3 o texto elucida que existem parcerias sim, principalmente pela mercantilização da educação. Os autores (2020) ressaltam que a pandemia se configurou como “oportunidade” para alguns setores, sobretudo para responder à agenda empresarial em detrimento às demandas sociais. Referente à segunda pergunta, Filho *et al.* (2020) apontam a mercantilização da escola através do ensino remoto emergencial ancorada em dois argumentos centrais, são eles: a necessidade das tecnologias digitais pelo isolamento social, mas também, por trazer consigo discursos sobre a possibilidade de desenvolvimento da liberdade e da autonomia dos alunos. Assim, o discurso da inovação do ERE com impactos na educação presencial está subsidiado pelos interesses empresariais. Estes que transformam as tecnologias em mercadorias para servirem à venda. Ademais, os autores (2020) explicitam que o capital educacional encobre na mercadoria a relação de classes, mistifica questões sociais (de acesso/manutenção destas tecnologias) e educacionais, atribuindo a tais tecnologias um caráter ahistórico, anti-social, reduzindo-o a dimensões técnicas e econômicas apontando para um fenômeno de fetichismo da tecnologia.

Em síntese, os estudos A1 e A2 debatem acerca da desigualdade social. Em A1 é exposto o mecanismo de mercantilização e capitalismo de vigilância já em A2 a desigualdade social proveniente da Revolução Industrial com papéis educacionais bem definidos pela

⁶Trabalho remoto (ou teletrabalho, home office) consiste na realização das atividades profissionais à distância através da utilização de tecnologias para se conectar com os colegas por meio da Internet (BRIDI *et al.*, 2020).

classe social à qual o sujeito pertence. Já em A3 há retomada da mercantilização da educação com destaque para o discurso sedutor que captura os professores e ressalva sobre esse processo não ter origem com a pandemia, mas sim as empresas terem aproveitado essa “oportunidade”.

Desse modo, é possível relacionar dois excertos de A3 com dois conceitos subsidiados em Freire. O primeiro é a Emancipação de Freire (1991, p. 30) quando afirma que “[...] a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” esta inferência torna-se possível quando A3 destaca que “[...] é imprescindível a necessidade de os seres humanos tomarem controle daquilo que foi criado pelos próprios humanos: a postura ideológica sobre a realidade concreta e as ações vinculadas a ela, como o desenvolvimento da individualidade” (FILHO *et al.*, 2020, p. 518).

Em síntese, observa-se o avanço contundente do neoliberalismo na educação brasileira, facilitado pelas dificuldades agravadas pela pandemia da COVID-19. Dessa forma, ficam expostos os interesses empresariais relacionados ao uso de dados de milhares de estudantes a serviço de seus negócios e em muitos casos sem o consentimento ou anuência dos usuários. É evidente que este projeto não é recente e que vem se aprofundando com a redução das políticas públicas e do investimento público na educação pública, ação que dá espaço aos investidores privados. No entanto, Freire (1983) denuncia que a luta por uma educação para o homem-sujeito, ou seja, uma educação para a liberdade não pode vestir-se de ingenuidade, afinal esta educação não será aceita pelas forças cujo interesse básico está na alienação do homem e da sociedade brasileira. Neste sentido, é fundamental a proposição de caminhos que superem este tipo de prática e que torne o uso das tecnologias digitais seguro e objetivando fins educacionais públicos e de boa qualidade para toda a população. Por fim, na seção a seguir são apresentadas as considerações finais do estudo.

Considerações finais

A pandemia do Coronavírus impactou as esferas socioeconômicas e educacionais a nível global. A proximidade entre as pessoas e o convívio social, tão difundidos anteriormente entre a cultura brasileira, deu lugar à necessidade de um distanciamento social prolongado como medida de prevenção para combater o vírus. Em vista disso, o ensino remoto emergencial constitui-se como uma alternativa para o ensino prosseguir na educação básica.

Entretanto, a partir disso, notou-se algumas pautas como as parcerias público-privadas e o neoliberalismo atuando fortemente à serviço das agendas empresariais. O presente artigo teve como objetivo identificar e analisar a influência da relação público-privado no contexto educacional pandêmico a partir do viés teórico subsidiado em Paulo Freire. Cabe ressaltar, que o artigo não realiza nenhum demérito em relação ao formato ERE e nem acerca do uso das tecnologias digitais no contexto educacional. Pelo contrário, acredita-se que as ferramentas são essenciais e potentes, principalmente, no momento presente.

A partir dos resultados apresentados neste artigo, pode-se perceber que surgiram em comum questões ligadas à desigualdade social e a mercantilização da educação sendo potencializadas nesse período pandêmico. Ademais, observa-se a situação do interesse das empresas no acesso e análise dos dados, sendo relevante pautar a discussão da proteção dos dados dos usuários a fim de serem utilizados exclusivamente para premissas e melhorias do sistema educacional. Outro fator a ser destacado, é a priorização e investimento em universidades públicas do país para criação desses softwares educacionais, ambientes virtuais de aprendizagem e programas para videoconferências.

Por isso, corrobora-se com a perspectiva freireana a respeito do inédito viável, ou seja, do ainda-não, o futuro a se construir, a possibilidade ainda inédita de ação para superar as situações-limites. Nesse sentido, acredita-se no inédito viável, ou seja, “[...] na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada, e quando se torna um ‘percebido-destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade” (FREIRE, 2014, p. 278-279). Assim, o inédito viável se constitui como uma possibilidade de transformação da realidade através da *práxis* pautada na constante *ação-reflexão-ação*.

Como possíveis pesquisas futuras pode-se indicar a análise do trabalho docente em contexto remoto; as políticas públicas educacionais criadas durante a COVID-19 e seus impactos na pós-pandemia e uso de dados de estudantes por empresas privadas.

Referências

ALVES, Thiago et al. Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 979-993, 2020.

BRASIL, **LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm. Acesso em 7 mai 2021.

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.7, n.1, e-648, 2023.

BRIDI, M.A. Relatório técnico-científico da pesquisa: **O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia Covid-19: trabalho docente, setores público e privado e questões de gênero- parte II** [recurso eletrônico]. BRIDI, Maria Aparecida (coordenadora) et al. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos e Sociedade, 2020. 89 pp. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/RELATRIO_PARTE_II_TTRABALHO_REMOTO_COMPLETO - CANVA_1_compressed_1_compressed.pdf](https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/RELATRIO_PARTE_II_TTRABALHO_REMOTO_COMPLETO_CANVA_1_compressed_1_compressed.pdf). Acesso em 07 mai 2021.

CETIC, **Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus: Painel TIC COVID-19** [livro eletrônico]. [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel_tic_covid19_livro_eletronico.pdf. Acesso em 06 mai 2021.

CRUZ, L. R. & VENTURINI, J. R. Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Informática na Educação - RBIE**, vol.28,pp.1061-1085, 2020.

FILHO, Flávio Henrique Chaves; SUN, Hinan Tsai; SILVA, Elaine Cristina Santos da; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi .DISCURSO SEDUTOR SOBRE O ENSINO REMOTO E PROFESSORES E PROFESSORAS DE CIÊNCIAS NATURAIS: ADESÃO OU RESISTÊNCIA? **Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador**, v. 12, n. 3, p. 503-522, dez. 2020.

FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e conscientização. In: FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. RJ: Paz e Terra, 1979. p.61-79.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1991.

FREIRE, Ana M. A. Notas explicativas. In: FREIRE, Paulo (Org.). Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2014a. p. 273-333.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1983.

GONÇALVES, Aline Bueno. Desigualdade na prática: materialismo nas escolas em tempos de pandemia. **Pacha. Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global**. nº 1. vol 2, pp 85-96, 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo Editorial, 2019.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. Marxismo e educação: debates contemporâneos. **Campinas: Autores Associados**, p. 1362, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sobre a doença. s.d documento eletrônico. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em 06 mai 2021.

NEGAMINE, Lucas Civile. **Como funcionam as Parcerias Público-Privadas?** 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/parcerias-publico-privadas-o-que-sao/>. Acesso em 07 mai 2021.

OLIVEIRA, Adriana Cristina de; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, 2020.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, Abr.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a02n28.pdf>. Acesso em 07 abril 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. DE. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-20, 29 jun. 2020.

PINHEIRO, C.; **Covid: o que significa o fim do estado de emergência decretado pela OMS?** 2023. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/covid-o-que-significa-fim-do-estado-de-emergencia-decretado-pela-oms> Acesso em: 12 de maio de 2023.

PUELLO-SOCARRÁS, J.F. **Nueva gramática del Neoliberalismo**. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

SAITO, L. M.; ACRI, M. C. Ensino em tempos de pandemia: um novo cenário, com (não tão) novas necessidades. **Devir Educação**, [S. l.], p. 141–160, 2021. DOI: 10.30905/rde.v0i0.403. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/403>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SANTOS, Kássia Keyla Silva dos. O futuro das profissões e as competências indispensáveis. Orientador: Romilson Rangel Aiache. 2020. 29f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração)** - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2020.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (2ª Ed.). **Dicionário Paulo Freire**. Autêntica, 2010.

UNDIME. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Dois anos após pandemia, mais de 80% das redes municipais de educação têm aulas totalmente presenciais**. 2022. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/05-04-2022-12-26-dois-anos-apos-pandemia-mais-de-80-das-redes-municipais-de-educacao-tem-aulas-totalmente-presenciais>>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

Recebido em: fevereiro de 2023.

Aceito em: abril de 2023.